Art. 1º Fica a composição das Comissões Temáticas e do Conselho de Administração do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para o ano de 2021 formada pelas seguintes representações:

~~I – Comissão de Legislação:~~

- ~~a) Sindicato dos Servidores e Empregados da Assistência Social e Cultural – coordenação;~~
- ~~b) Conselho de Entidade Promoção e Assistência do Distrito Federal;~~
- ~~c) Casa de Ismael – Lar da Criança;~~
- ~~d) Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – infância e adolescência;~~
- ~~e) Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – direitos humanos;~~
- ~~f) Casa Civil.~~

~~II – Comissão de Políticas Públicas:~~

- ~~a) Instituto Aconhego – coordenação;~~
- ~~b) Assistência Social Casa Azul;~~
- ~~c) Projeto Integral de Vida;~~
- ~~d) Casa Civil;~~
- ~~e) Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – infância e adolescência;~~
- ~~f) Secretaria de Estado de Segurança Pública.~~

~~III – Comissão de Medidas Socioeducativas:~~

- ~~a) Instituto Espírito de Luz – coordenação;~~
- ~~b) Aldeias Infantis SOS Brasil;~~
- ~~c) Instituto Leonardo Murialdo;~~
- ~~d) Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – direitos humanos;~~
- ~~e) Secretaria de Estado de Turismo;~~
- ~~f) Secretaria de Estado de Trabalho.~~

~~IV – Comissão de Formação e Mobilização:~~

- ~~a) Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – infância e adolescência – coordenação;~~
- ~~b) Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa;~~
- ~~c) Secretaria de Estado de Educação;~~
- ~~d) Instituto Espírito de Luz;~~
- ~~e) Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal;~~
- ~~f) Instituto de Educação, Esporte, Cultura e Artes Populares.~~

~~V – Conselho de Administração do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CAFDCA:~~

- ~~a) Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – Presidência;~~
 - ~~b) Secretaria de Estado da Casa Civil;~~
 - ~~c) Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – infância e adolescência;~~
 - ~~d) Casa de Ismael – Lar da Criança;~~
 - ~~e) Conselho de Entidade Promoção e Assistência do DF;~~
 - ~~f) Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes Religiosas e Filantrópicas.~~
- ~~VI – Comissão de Conselho Tutelar~~
- ~~a) Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – infância e adolescência – coordenação~~
 - ~~b) Secretaria de Estado de Educação~~
 - ~~c) Secretaria de Estado de Segurança Pública~~
 - ~~d) Instituto Batuear;~~
 - ~~e) Instituto Leonardo Murialdo;~~
 - ~~f) Instituto do Carinho.~~

~~Art. 2º Fica a composição das comissões especiais e temporárias para o ano de 2021 formada pelas seguintes representações:~~

~~I – Comissão de Acompanhamento do Comitê Consultivo de Adolescentes:~~

- ~~a) Instituto de Educação, Esporte, Cultura e Artes Populares – coordenação;~~
- ~~b) Casa de Ismael – Lar da Criança;~~
- ~~c) Instituto Cláudio Coelho;~~
- ~~d) Secretaria de Estado de Juventude;~~
- ~~e) Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – infância e adolescência;~~
- ~~f) Secretaria de Estado de Educação.~~

~~II – Comissão Especial do Processo de Escolha dos Conselhos Tutelares:~~

- ~~a) Comissão Temática de Conselho Tutelar – Coordenação;~~
- ~~b) Comissão Temática de Formação e Mobilização;~~
- ~~c) Comissão Temática de Legislação;~~
- ~~d) Secretaria Executiva do CDCA/DF;~~
- ~~e) Presidente do CDCA/DF;~~
- ~~f) Vice-presidente do CDCA/DF.~~

~~III – Conselho Gestor da Escola de Conselhos do Distrito Federal:~~

- ~~a) Eduardo Chaves da Silva, representante da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – Sejus/DF – coordenação;~~
- ~~b) Grazielle Lima da Cunha Nogueira, representante do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CDCA/DF;~~
- ~~c) Rogério Marques da Silva, representante da Associação dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal – ACT;~~
- ~~d) Lucimara Cavaleante, representante do Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente – Fórum DCA~~

~~Art. 3º Fica a presidência do Conselho para o ano de 2021 formada por:~~

- ~~I – Fabiana Arantes Campos Gadêlha, representante da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – infância e adolescência, como Presidente do CDCA/DF;~~
- ~~II – João Henrique da Silva Barbosa, representante do Instituto do Carinho, como Vice-presidente do CDCA/DF.~~

~~Art. 4º As Comissões Temporárias do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA/DF terão sua criação e composição definidas e aprovadas em plenária do CDCA, mantida a condição paritária governo e sociedade civil na sua composição.~~

~~Art. 5º A composição dos grupos de trabalhos será definida e aprovada em plenária, garantida a representação da comissão com maior pertinência com o tema objeto da criação do grupo de trabalho, mantida a condição paritária governo e sociedade civil na sua composição.~~

~~Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.~~

~~FABIANA GADÊLHA~~

RESOLUÇÃO ORDINÁRIA Nº 73, DE 29 JANEIRO DE 2021

Dispõe sobre o calendário de reuniões ordinárias do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente para o ano de 2021.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL, órgão autônomo, paritário, deliberativo e controlador das ações de atendimento aos direitos da criança e do adolescente do Distrito Federal, criado por força da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), regido pela Lei Distrital nº 5.244, de 17 de dezembro de 2013, e vinculado administrativamente à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, no uso de suas atribuições, por deliberação da 310ª Reunião Plenária Ordinária, de 17 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Fica o calendário das reuniões ordinárias do Plenário, da Diretoria Executiva, das Comissões Temáticas, dos Conselhos e dos Grupos de Trabalho do CDCA/DF assim estabelecido:

I – Plenária: 23/2; 30/3; 27/4; 25/5; 29/6; 27/7; 31/8; 28/9; 26/10; 23/11; 21/12.

II – Diretoria Executiva: 16/2; 23/3; 20/7; 15/5; 22/6; 20/7; 24/8; 21/9; 19/10; 16/11; 14/12.

III – Comissão de Legislação: 4/2; 4/3; 1º/4; 6/5; 10/6; 1º/7; 5/8; 2/9; 7/10; 4/11; 2/12.

IV – Comissão de Políticas Públicas: 1º/2; 1º/3; 5/4; 3/5; 7/6; 5/7; 2/8; 6/9; 4/10; 1º/11; 6/12.

V – Comissão de Medidas Socioeducativas: 3/2; 3/3; 7/4; 5/5; 2/6; 7/7; 4/8; 1º/9; 6/10; 3/11; 1º/12.

VI – Comissão de Formação e Mobilização: 2/2; 2/3; 6/4; 4/5; 1º/6; 6/7; 2/8; 14/9; 5/10; 9/11; 7/12.

VII – Comissão do Conselho Tutelar: 15/2; 22/3; 19/4; 17/5; 21/6; 19/7; 23/8; 20/9; 18/10; 8/11; 13/12.

VIII – Conselho de Administração do Fundo: 8/2; 8/3; 12/4; 10/5; 14/6; 12/7; 9/8; 13/9; 11/10; 8/11; 6/12.

IX – Comissão de Acompanhamento do Comitê Consultivo de Adolescentes: 25/2; 25/3; 22/4; 20/5; 24/6; 23/7; 26/8; 23/9; 21/10; 18/11; 9/12.

X – Comissão Especial do Processo Eleitoral: 26/2; 26/3; 30/4; 28/5; 25/6; 30/7; 27/8; 30/9; 29/10; 26/11; 17/12.

XI – Conselho Gestor da Escola de Conselhos: 9/2; 9/3; 13/4; 11/5; 15/6; 13/7; 10/8; 14/9; 5/10; 9/11; 7/12.

XII – Grupo de Trabalho Comunidade Terapêutica: 12/2; 12/3; 16/4; 14/5; 18/6; 16/7; 13/8; 17/9; 15/10; 12/11; 10/12.

Parágrafo Único. A realização de reuniões extraordinárias será definida pelo Plenário, respeitando-se o calendário oficial deste Conselho.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANA GADÊLHA

**SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA,
ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

SECRETARIA EXECUTIVA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 05, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2021

O SECRETÁRIO EXECUTIVO, DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência conferida pelo artigo 2º inciso I, da Portaria nº 48, de 16 de junho de 2016, resolve:

Art. 1º Instaurar Sindicância com a finalidade definida no art. 214, incisos I e II, da Lei Complementar Nº 840, de 23 de dezembro de 2011, tendo em vista o contido nos autos do Processo Administrativo nº 0070-000584/2013 e da Decisão nº 21/2020, de 26 de maio de 2020, constante do referido processo.

Art. 2º Estabelecer, nos termos do art. 214, § 2º, da Lei Complementar Nº 840/2011 em até 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão da Sindicância ora instaurada.

Art. 3º Publique-se e, em seguida, encaminhe-se o autuado ao Presidente da Comissão Permanente de Sindicância CPS/SEAGRI-DF, para os devidos fins.

Art. 4º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO MENDES DA SILVA